

1 **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3 Aos 14 dias de Setembro de 2020, às 14h, por videoconferência; iniciou-se a 23ª
4 Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê da
5 Bacia Litorânea, reunindo os membros **ARLINEU RIBAS**, coordenador da
6 CTINS, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
7 (ABES/PR); **BRUNO TONEL OTSUKA**, do Instituto Água e Terra (IAT);
8 **FERNANDO RODERJAN**, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; **NEIVA CRISTINA**
9 **RIBEIRO**, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); **PAULO**
10 **HENRIQUE CARNEIRO MARQUES**, da Universidade Federal do Paraná
11 (UFPR/LITORAL), **MAURICIO D'AGOSTINI SILVA** da Central de Água, Esgoto
12 e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná (CAGEPAR); e os convidados;
13 **ALEXANDRE EDUARDO BRUNELLI JUCÁ**, **CHRISTINE DA FONSECA**
14 **XAVIER**, **KAROLLYNE TERNOSKI** e **TIAGO BACOVIS** (IAT); **LUCAS**
15 **DALSOTTO**, e **CAMILA FREITAS** da Companhia Paranaense de Energia
16 (COPEL); **ELIANE DE OLIVEIRA** (PARANAGUÁ SANEAMENTO), . O
17 coordenador da CTINS, **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, deu as boas-vindas a
18 todos e abriu oficialmente a reunião (**item 1**). O Sr. **ARLINEU RIBAS**, da
19 ABES/PR, solicitou a aprovação da Ata anterior (**item 2**). Todos a aprovaram.
20 Em seguida, o Sr. **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, deu continuidade a pauta do
21 dia:

22 **1. Abertura;**

23 **2. Discussão e aprovação da ata da reunião anterior;**

24 **3. Fechamento da pauta da 10ª Reunião Ordinária do CBH**

25 **4. Elaboração de listagem de produtos do PBH (PAI) a serem objeto de**
26 **emissão de moções. Identificação de prioridades para formação de**
27 **calendário de pautas para discussões da CTINS.**

28 **5. Assuntos Gerais;**

29 O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)** deu sequência à pauta (**item 3**). O Sr.
30 **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, questionou sobre a
31 atualização de membros de sua entidade e foi esclarecido que o processo de
32 atualização de membros é uma atividade contínua e deve ser feito por contato
33 com a secretaria executiva e posse em plenária e que os ofícios de atualização
34 preparados seriam enviados somente as entidades avaliadas como faltantes em
35 desacordo com o regimento interno. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
36 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, levantou a questão da representação do **ICMBio**
37 no comitê e do Estudo da APA de Guaraqueçaba para finalização do
38 enquadramento. Foi sugerido que fosse feita uma comunicação oficial do comitê
39 pela Secretaria Executiva afim de esclarecer o assunto. O Sr. **BRUNO TONEL**
40 **OTSUKA (IAT)**, esclareceu que a atualização de entidades proposta tinha por
41 finalidade averiguar o interesse de continuidade no comitê das entidades
42 participantes e a possibilidade de entrada de novas entidades, mantendo-se as
43 proporcionalidades necessárias e que a constituição de um grupo de trabalho
44 para tal deveria partir da plenária. Na sequência tratou-se das minutas de Moção
45 sobre o monitoramento dos recursos hídricos, a serem encaminhadas ao
46 Instituto Águas e Terra pelo Comitê. Feita a leitura da Minuta de Moção nº
47 01/2020 foi dado espaço para as discussões quanto ao mérito e propostas de
48 alteração. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, sugeriu a inclusão das
49 competências previstas no Art. 3º do regimento interno do Comitê. A Sra.
50 **CHRISTINE DA FONSECA XAVIER (IAT)**, questionou sobre o objetivo de tal
51 moção uma vez que não pudera participar das reuniões anteriores. O Sr.
52 **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, externou que a intenção era que o órgão estadual
53 se pronunciasse sobre configuração atual do sistema de monitoramento, a
54 inclusão do SIMEPAR e suas atribuições e as perspectivas perante as
55 necessidades previstas no Plano da Bacia Litorânea. O Sr. **FERNANDO**
56 **RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, fez a colocação de que no Plano
57 de bacia se havia identificado a precariedade no monitoramento quanto a

58 pluviometria na região do Litoral. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
59 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, contribui citando que durante o processo de
60 elaboração do Plano a empresa responsável (COBRAPE), apontou que havia
61 diferentes operadores das estações e havia problemas com a periodicidade e
62 compatibilização de tais medições, assim como dados faltantes. Além disso
63 comentou que se tratava de um contato inicial com o setor de monitoramento e
64 que se questionava se o órgão teria condições de operar uma rede
65 compatibilizada com as necessidades identificadas no Plano de Bacia. O Sr.
66 **BRUNO TONEL OTSUKA (IAT)**, comentou que foi discutido ao longo das
67 reuniões anteriores se haveria a possibilidade de integração de dados entre o
68 IAT e as instituições que realizam automonitoramento e tendo o SIMEPAR como
69 possível parceiro. A Sra. **CHRISTINE DA FONSECA XAVIER (IAT)**, externou
70 que a rede estadual de monitoramento tinha como função atendimento dos
71 objetivos do IAT, consistindo no monitoramento de quantidade de água
72 especialmente em mananciais de abastecimento, e de qualidade em mananciais
73 de abastecimento, mas também em pontos estratégicos de gestão. Citou que
74 atualmente a rede conta com aproximadamente 270 estações e que o Estado
75 não realiza monitoramento em microbacias uma vez que está fora das
76 capacidades operacionais do Instituto Água e Terra. O Sr. **FERNANDO**
77 **RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, que as necessidades do Comitê
78 deveriam ser levadas em conta na configuração da rede monitoramento do
79 Estado e que tal necessidade era latente na região litorânea dada sua
80 especificidade, a fim de compatibilizar as diretrizes de lançamento e outorga. O
81 Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR/LITORAL)**, questionou
82 sobre o número de pontos localizados atualmente no litoral, e que o projeto de
83 pesquisa proposto e discutido em reuniões anteriores tinha por objetivo
84 identificar uma configuração otimizada para rede e mesmo que não realizável a
85 curto prazo poderia ficar como uma demanda já delimitada para um momento
86 futuro. A Sra. **CAMILA FREITAS (COPEL)**, pediu a palavra para comentar sobre
87 o monitoramento realizado pela COPEL, e que os dados são repassados
88 diretamente para ANA, comentou também que recentemente a COPEL
89 necessitou de dados de chuva da região litorânea e que tais informações foram
90 disponibilizadas pelo DNIT, evidenciando que talvez seja necessário integrar os
91 dados e compatibilizar metodologias para melhor guiar possíveis expansões na
92 rede como um todo. O Sr. **LUCAS DALSOTTO (COPEL)**, comentou que o Plano
93 de Bacia aprovado tinha identificado a expansão em mais vinte pontos de
94 monitoramento pela bacia e que não fazia sentido entidades diferentes
95 monitorarem, para fins próprios os mesmos pontos com metodologias diferentes
96 uma vez que tratavam-se de dados públicos e se poderia compatibilizar
97 metodologias e assim poder aumentar a pulverização da rede. Feitas as
98 alterações propostas no texto da moção o Sr. **FERNANDO RODERJAN**
99 **(PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, comentou que na ata passada não havia
100 ficado registrada as considerações feitas sobre a cobrança pelo uso da água na
101 agricultura ficando nesse momento registrado que foi discutido anteriormente de
102 que maneira se poderia avaliar melhor a questão, qual era o arcabouço legal de
103 tal matéria e que tal discussão deveria ser levada para discussão dentro do
104 âmbito da plenária. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, esclareceu que tinha
105 intenção de levar tal matéria para discussão no Fórum Paranaense de Comitê
106 de Bacias, juntamente ao tema de reuso e uso racional de recursos hídricos. O
107 Sr. **BRUNO TONEL OTSUKA (IAT)**, comentou que aguardava-se o
108 posicionamento do governador quanto a forma legal correta de contratação do
109 agente técnico financeiro da cobrança pelo uso da água, e sugeriu que não se
110 adentrasse nas discussões dos assuntos de pauta uma vez que o objetivo na
111 CTINS era de fechamento dos itens para discussão, a seu tempo, em plenária.
112 Na sequência foi feita a leitura da minuta de moção nº 02/2020 e propostas
113 alterações no sentido de esclarecer que a proposta partiria do comitê após
114 discussão em plenária. Questionado sobre o assunto tema da moção o Sr.

115 **BRUNO TONEL OTSUKA (IAT)**, respondeu que ainda não houve atualização
116 no trâmite do projeto de monitoramento, encontrando-se no aguardo da
117 arrecadação dos recursos de multas ambientais. A Sra. **NEIVA CRISTINA**
118 **RIBEIRO (SANEPAR)**, perguntou se o Comitê poderia diretamente buscar
119 recursos a fundo perdido em fontes externas como por exemplo o Banco
120 Mundial. O Sr. **BRUNO TONEL OTSUKA (IAT)**, esclareceu que como os comitês
121 paranaenses não tinham personalidade jurídica, e que se fosse o caso teria que
122 ser pela figura do IAT. Na sequência foi discutido o item de cobrança pelo uso
123 da água a ser tratado em plenária. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,
124 questionou qual tinha sido o encaminhamento seguido no Comitê do Norte
125 Pioneiro onde as discussões haviam sido iniciadas. A Sra. **KAROLLYNE**
126 **TERNOSKI (IAT)**, esclareceu que havia sido discutido no âmbito do Comitê e
127 que as discussões tinham sido atribuídas à CTINS. Foi comentado também que
128 houve a participação de um integrante da ANA, que fez uma apresentação sobre
129 aspectos gerais da cobrança e que tinha sido muito esclarecedor do ponto de
130 vista de funcionamento prático do mecanismo de cobrança. O Sr. **FERNANDO**
131 **RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, questionou se seriam abordados
132 em tal discussão os setores sujeitos a cobrança. O Sr. **BRUNO TONEL OTSUKA**
133 **(IAT)**, respondeu que poderia ser tratado do tema e que se fosse o caso propor
134 uma moção do comitê pedindo esclarecimentos sobre a isenção de cobrança do
135 setor. O Sr. **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**,
136 levantou a questão da cobrança sobre aspectos de drenagem das Prefeituras
137 Municipais. O Sr. **BRUNO TONEL OTSUKA (IAT)**, respondeu que sim, mas que
138 era uma questão complicada do ponto de vista das métricas necessárias a
139 regulamentação da cobrança. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, externou sua
140 preocupação em atender demandas relacionadas a cobrança em rios urbanos.
141 O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR/LITORAL)**,
142 questionou aspectos do projeto da faixa de infraestrutura do litoral, do ponto de
143 vista do saneamento uma que vez não se estuda mais a fundo a questão no
144 próprio estudo dado o crescimento populacional e desenvolvimento econômico
145 projetado. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, comentou sobre a apresentação
146 da ANA que foi no Comitê do Norte Pioneiro, e que havia sido feliz à medida
147 que sugeria a simplicidade do mecanismo de cobrança e aplicação dos recursos
148 da cobrança em projetos específicos de maior interesse do Comitê. Na
149 sequência (**Item 4**) foi discutido um possível plano de trabalho para CTINS para
150 aprovação em plenária, a fim de organizar e identificar as demandas prioritárias
151 propostas no Plano da Bacia. A Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**,
152 questionou se o Plano diretor integrado de drenagem estava em implementação
153 e se seria o caso de direcionar moções aos municípios pedindo providências.
154 Grupo achou que seria cabível o questionamento às prefeituras. O Sr. **BRUNO**
155 **TONEL OTSUKA (IAT)**, sugeriu que o aprofundamento nos itens se desse em
156 outra oportunidade e que o momento era de apresentação da ferramenta. O Sr.
157 **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, comentou que a intenção era de se elencar as
158 atividades e avaliar se a CTINS teria condições de tratar todas as demandas
159 previstas ou se seria necessário tomar alguma medida a respeito. Questionou
160 ainda quando seria o fim do atual mandato do comitê uma vez que seria
161 necessário dar início ao processo de eleição. Foi informado pela Secretaria
162 executiva que seria averiguada a questão. O Sr. **FERNANDO RODERJAN**
163 **(PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, comentou que as prioridades já tinham sido
164 elencadas na ferramenta de apoio apresentada e se não seria o caso de o
165 próprio Comitê elencar suas prioridades. Foi esclarecido que tal ordem já tinha
166 sido aprovado pelo comitê e encontrava-se no Plano da Bacia aprovado. Sobre
167 a carga de trabalho prevista a Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**,
168 sugeriu que fosse levada a questão para a plenária e de lá fosse sugerida a
169 criação ou não de grupos de trabalho ou câmaras técnicas adicionais para
170 auxiliar no processo. O Sr. **BRUNO TONEL OTSUKA (IAT)**, esclareceu que os
171 itens restantes da pauta da plenária eram relativos ao PROCOMITÊS e que

172 seriam apresentados pela secretaria executiva. Foi sugerida a data de
173 15/10/2020 para realização da 10ª Reunião Ordinária do CBH- Litorânea. Sem
174 mais para o momento a reunião foi encerrada.

175

176

177

178 **Arlineu Ribas**

179 Coordenador da CTINS do CBH Litorânea

180